

A SITUAÇÃO DA CRÍTICA LITERÁRIA

ANTÓNIO GUERREIRO

Jornalista e ensaísta
antoniofguerreiro@gmail.com

Tentando perceber o que de mais significativo, no domínio da crítica, aconteceu nos últimos anos, começemos por verificar que, na universidade, o velho paradigma dos estudos literários foi substituído pelo novo paradigma dos estudos culturais. Este caracteriza-se, sobretudo, por uma não limitação do seu campo de referência e por praticar a indistinção entre alta cultura e cultura popular, entre textos literários e textos que são meras manifestações da cultura, entendida no sentido sociológico. Deste modo, os estudos culturais implicam uma recusa de qualquer disciplinaridade específica e acabam por ocupar, sem resistência, um campo extremamente vasto. Em certos aspectos, os estudos culturais podem ser vistos, por um lado, como um sintoma do declínio do poder da universidade na esfera pública e, por outro, como um esvaziamento sociológico e estetizante da cultura, em que esta se reduz a um objecto de estudo, entre muitos outros, e deixa de significar algo de vital. Dito de outra maneira, a universidade vê-se diminuída no seu papel de instância de legitimação (lembramos que a universidade moderna surge ligada ao exercício organizado e sistemático da crítica) e torna-se extremamente permeável aos artefactos da indústria cultural. A questão da situação actual da literatura e dos estudos literários implica a referência a este contexto onde se dá uma expansão enorme da cultura, como palavra e como objecto académico, e um correspondente enfraquecimento (e consequente perda de autonomia) das instâncias de legitimação crítica.

Temos assim, por um lado, o enfraquecimento das metodologias e o descrédito em que caiu aquele domínio do saber especulativo que alguns departamentos das universi-

dades norte-americanas consagraram com o nome de «Theory»; temos, por outro, a «economização» das universidades (isto é, uma sujeição ao cálculo económico) que torna pertinente a questão sobre o futuro das «Humanities»: haverá lugar para o estudo da literatura, da arte, da linguagem, da filosofia, quando se chegou ao completo domínio das determinações económicas e da tecno-ciência?

De modo publicamente mais visível, é nos suplementos culturais dos jornais (onde as páginas de crítica literária ocupam um espaço residual) que se exhibe claramente a perda de importância da crítica literária, como resultado, aliás, de uma perda de autonomia da literatura e da diminuição do seu papel no interior do sistema cultural. Por um lado, os lugares de encontro, discussão e crítica (em suma: a esfera pública literária, as regras da sua circulação e legitimação) têm diminuído e foram submetidos a regras de funcionamento que anulam a crítica; por outro lado, o espaço que a auto-consciência sócio-cultural concede à literatura é cada vez mais escasso.

A situação da crítica literária é, hoje, a de um terreno devastado. Em tempos, um tema bastante glosado foi o da crise da crítica. Em rigor, trata-se de uma tautologia, pois a crítica implica a ideia de crise, como, de resto, nos indica a etimologia comum das duas palavras. É talvez por isso que vamos encontrar ao longo de todo este século a herança romântica da crise, reiterada e interpretada de várias maneiras. Certo é que as declarações de óbito passadas à crítica ganharam um carácter recorrente, desde que Walter Benjamin, nos anos 30 do século passado, disse que ela era uma coisa do passado. Mas quando hoje falamos do desaparecimento da crítica referimo-nos a uma situação que, nos seus aspectos extremos, corresponde a uma outra etapa. O que se passa actualmente é que o crítico, que dantes tinha uma função fundamental na mediação entre o texto e o leitor, foi substituído por uma série de figuras mais aptas a responder às novas exigências da divulgação e da circulação rápida, segundo o modelo imposto pelos «media» e pela indústria editorial, que funcionam exactamente segundo a mesma lógica. Podemos identificar no divulgador, no comissário e no animador cultural algumas destas figuras. Todos têm um papel poderoso de legitimação que já não é a legitimação crítica mas a legitimação feita pela lógica da mercadoria cultural. No lugar da crítica, floresceu o discurso que não coloca nada em discussão e que do crítico tem uma ideia caricatural: a de que se trata de um animador do gosto. A ideia do crítico como um animador do gosto e, por conseguinte, reduzido a uma função inerte, está bem presente nas transformações dos suplementos literários dos jornais: textos cada vez mais curtos, multiplicação de listas, escolhas, balanços anuais, classificações traduzidas em número de estrelas.

Se analisarmos os mecanismos de produção daquilo a que na linguagem jornalística se chama «acontecimento literário», facilmente verificamos que entre a lógica da indústria editorial e o jornalismo cultural, que ocupou o lugar vazio deixado pela crítica, há hoje uma funcionalidade recíproca que nada consegue interromper. Ou seja, perante os desígnios da divulgação e da amplificação mediática, a crítica literária fica reduzida a um papel

muito residual ou mesmo inexistente. Demos um exemplo: a publicação de um novo romance de Saramago ou de Lobo Antunes (para falarmos dos dois escritores que mais livros vendem em Portugal) é pretexto para inumeráveis entrevistas e artigos, de onde foi banido o discurso crítico sobre os livros. O interesse pela pessoa do escritor e pelo acontecimento em si (o «acontecimento» é sempre auto-referencial: designa-se a si mesmo como acontecimento) realiza o prodígio de dispensar críticas ao livro, esquecido que ele fica por tudo aquilo que cresce artificialmente à sua volta. O «acontecimento literário» consiste, por definição, em curto-circuitar tanto o literário como a crítica. E, nesta medida, ele é um revelador de que o lugar da crítica foi esvaziado e deslegitimado, e aquilo que se pede ao crítico é que faça divulgação e jornalismo literário. Daí, o facto de o discurso especializado da crítica, dotado de uma autoridade que só o sistema da instituição literária, na sua complexidade, pode reconhecer (e que não pode ser concedida pelo simples facto de se escrever numa publicação importante), ser uma presença cada vez mais rara nas páginas literárias dos jornais e revistas. O modelo actual dos suplementos literários – as suas exigências – é incompatível (por questões de tempo, de espaço, de elaboração interpretativa e conceptual) com um discurso crítico digno desse nome. Chegámos assim a uma situação de perigoso estreitamento da esfera pública literária. Até há pouco mais de uma década, ainda se mantinha em Portugal, nas páginas dos jornais, um discurso crítico consciente das suas metodologias e da sua história, forjado no interior do campo literário – como emanção dele – e, nessa medida, buscando na diferença que estabelecia com o discurso jornalístico e a lógica dos «media» uma das bases em que se legitimava. Em pouco tempo, tudo isso desapareceu, e mesmo os universitários que fazem crítica regularmente em jornais aceitaram, na maior parte dos casos, um papel completamente funcional em relação ao lugar onde escrevem. Uma vez reduzidos os circuitos da crítica e discussão, todo o espaço é ocupado por um certo tipo de livros que accionam facilmente os mecanismos da divulgação acrítica.

A cultura, com as suas nobres intenções e o seu poder de homogeneização é hoje um álibi que justifica a renúncia crítica e explica a razão pela qual o gosto das elites passou a coincidir com o gosto das massas. No seu funcionamento enquanto sistema, ela retira à crítica a possibilidade de preservar a sua autonomia e construir o seu próprio discurso. Todo este conjunto de factores forma um sistema com as leis do mercado editorial. Eis porque, em pouco mais de uma década, a literatura passou a ter um papel minoritário tanto na edição (onde abunda a «Trivialliteratur» e os livros que mantêm uma relação com a actualidade definida pela lógica jornalística) como nas páginas dos suplementos literários.